

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

de Oliveira Andrade, Everaldo
Mário Pedrosa e o debate sobre a planificação econômica socialista no Brasil
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em
História, vol. 20, núm. 1, 2016, pp. 117-135
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305546699012>

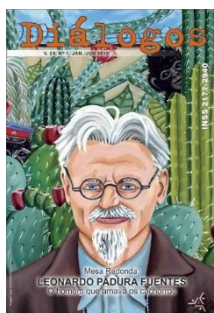
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v20n1>

ISSN 2177-2940
(Online)

A2

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Mário Pedrosa e o debate sobre a planificação econômica socialista no Brasil*

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v20n1.32278>

Everaldo de Oliveira Andrade

Professor na área de História contemporânea da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil.

Palavras-chave:

Mário Pedrosa; economia planificada; desenvolvimentismo.

Keywords:

Mário Pedrosa, Planned economy, Developmentalism.

Resumo

Este artigo apresenta e discute ideias originais defendidas pelo pensador brasileiro e crítico de arte Mário Pedrosa em seus livros *A Opção Imperialista* e *A Opção Brasileiro*, lançados em 1966 durante a ditadura, sobre as perspectivas para uma planificação econômica do país em ruptura com a economia de mercado. Com esse objetivo o artigo resgata a crítica aos economistas desenvolvimentistas na década de 1960, uma breve apresentação dos debates teóricos iniciais a respeito da implantação de uma economia planificada na URSS na década de 1920 e as reformas implementadas na década de 1960 pela economia planificada soviética. O autor examinado defendia as possibilidades concretas e características comuns para uma síntese superior entre os grandes trustes soviéticos e os grandes monopólios da economia dos EUA. Sob essa base, por fim, são apresentadas as ideias originais propostas para o que o autor chamou de “economia de transição” no Brasil e que deveria incorporar a elaboração de um amplo processo democrático de construção das prioridades para uma futura economia planificada no país.

Abstract

Mário Pedrosa and the debate on socialist economic planning in Brazil

This paper presents and discusses original ideas defended by the Brazilian and critical thinker and art Mário Pedrosa in his books *Option Imperialist* and the *Brazilian Option*, launched in 1966 during the dictatorship, about the prospects for an economic planning of the country at odds with the market economy. To this end the article recalls the criticism of development economists in the 1960s, a brief presentation of the initial theoretical debates about the deployment of a planned economy in the USSR in the 1920s and the reforms implemented in the 1960s by the Soviet planned economy. The author examined defended the concrete possibilities and characteristics common to a higher synthesis between the great Soviet trusts and the big monopolies of the US economy. Under this basis, finally, Original Ideas proposals are submitted to what the author calls "transition economy" in Brazil, which should incorporate the development of a broad democratic process of building the priorities for future planned economy in the country.

Resumen

Mario Pedrosa y el debate sobre la planificación económica socialista en Brasil

Este trabajo presenta y discute ideas originales defendidas por el pensador brasileño y crítico de arte Mário Pedrosa en sus libros *La Opción Imperialista* y *La Opción Brasileña*, lanzados en 1966 durante la dictadura, sobre las perspectivas de una planificación económica del país en desacuerdo con la economía de mercado. Con este objetivo, el artículo recuerda la crítica a los economistas desarrollistas en la década de 1960, una breve presentación de los debates teóricos iniciales sobre el despliegue de una economía planificada de la Unión Soviética en la década de 1920 y las reformas implementadas en la década de 1960 por la economía planificada soviética. El autor examinado defendía las posibilidades concretas y las características comunes para una síntesis superior entre los grandes trusts soviéticos y los grandes monopolios de la economía de EEUU. Bajo esta base, por fin, son presentadas las ideas originales propuestas para lo que el autor denominó de "economía en transición" en Brasil, que debería incorporar el desarrollo de un amplio proceso democrático de construcción de las prioridades para una futura economía planificada en el país.

Palabras Clave:

Mario Pedrosa, Economía Planificada, Desarrollismo.

Recebido em 02/10/2015, aprovado em 22/12/2015

No período recente da história econômica e política do Brasil houve uma retomada de estudos e debates sobre as teorias desenvolvimentistas e da dependência em seus diferentes matizes em grande parte estimuladas pelo surto de crescimento da economia após 2002. Mesmo se essa curta esperança de acelerado crescimento parece ter se desvanecido por conta da crise político-econômica que se instalou no país desde o fim de 2014, o debate sobre o futuro da economia permanece em vigor e de importância estratégica. Mário Pedrosa é conhecido sobretudo como um dos mais importantes críticos de arte do país, além de ter sido militante socialista célebre¹. Porém, seus vários escritos políticos e econômicos em livros e artigos de jornais e revistas são hoje bem menos conhecidos e ainda estão em grande parte dispersos e distantes do mercado editorial. Dentre os vários textos de sua vasta obra teórica e política destacam-se em particular os livros gêmeos *Opção Imperialista* e o *Opção Brasileira*, ambos lançados em 1966 nos quais avançou uma série de propostas e análises originais e críticas econômicas às teorias desenvolvimentistas em voga na época. Entre estas reflexões buscamos

destacar aqui sua reflexão original sobre uma possível e futura planificação socialista para o Brasil, o contexto dos debates em que estava inserida e as possibilidades de tornar-se caminho alternativo de política econômica transitória combinada com uma agitação política de massas que preparasse uma ruptura com a economia de mercado. Os desdobramentos políticos e econômicos das propostas de Pedrosa sobre a planificação socialista tiveram pouca repercussão e por diferentes motivos dentre os quais o mais decisivo foi sem dúvidas o aprofundamento da ditadura que o obrigou a, pela segunda vez em sua vida, se exilar do país agora indo para o Chile de Salvador Allende em 1970.

Para se compreender o contexto mais amplo do próprio debate teórico-político em que se elaboraram as propostas de Pedrosa não bastaria contextualizar o debate brasileiro da época. Será preciso retomar, ainda que brevemente, os estágios dos debates sobre planificação socialista no período em que escrevia e suas raízes teóricas desde a constituição do primeiro estado socialista em

1 Mário Pedrosa formou o primeiro grupo de militantes comunistas da Oposição de Esquerda no país em 1929, sofreu dois exílios durante a ditadura Vargas e após 1964, e foi o filiado n. 1 do PT em 1980. Sobre parte de sua trajetória ver: (MARQUES NETO, 2001).

1917. De fato, era não apenas o impacto da revolução cubana de 1959, mas da tensão EUA-URSS que Mário Pedrosa refletirá em sua elaboração. Deve-se também ser considerado no seu amplo estudo, que ele avaliava o próprio estágio do capitalismo estadunidense e as características da economia planificada soviética como passíveis e amadurecidas para uma fusão em um nível superior de planificação econômica mundial. Não é esse o nosso objeto de estudo aqui, porém é preciso levá-lo em consideração para situar a reflexão de Pedrosa quando ele aborda as possibilidades de uma via de planificação para o Brasil, tanto como transição econômica como de estratégia de ação política, ambas combinadas, em um contexto geral de possibilidades para avançar um sistema de propriedade social articulada no plano mundial. Como método de pesquisa confrontamos os próprios textos de Mário Pedrosa com o contexto histórico e político em que foram produzidos, quanto com as tradições e repertórios teóricos com os quais dialogava e debatia suas propostas.

Monopólios, corporações capitalistas e planificação

Recuperemos a linha de argumentação de Mário Pedrosa em 1966 sobre a situação geral do capitalismo. As tentativas de automação das economias capitalistas avançadas buscavam, ao lado de outras estratégias do capital, deter a tendência à queda das taxas de lucro inerentes ao seu próprio funcionamento. Se por um lado aumentavam a produtividade e as taxas de mais-valia relativa, por outro, excluía de maneira crescente uma grande massa de trabalhadores do consumo. Economistas e políticos de diferentes matizes debruçaram-se sobre a questão e aqui não se trata de recuperar esse debate por demais conhecido do marxismo e da história econômica (DOCKÈS, 1976). A questão a destacar é que esta nova situação de crescente automação na década de 1960 exigia uma ampliação das capacidades de gerenciamento das grandes

corporações e monopólios capitalistas que conteria, para Mário Pedrosa, elementos importantes de aproximação com as economias socialistas planificadas em seus aspectos gerenciais e administrativos:

A figura do proprietário é cada vez mais insignificante no sentido de manter a máquina jurídica da corporação e [...] os donos das ações, [...] não são mais necessários, são supérfluos... O homem que controla, dirige, não é mais um homem extraordinário, o capitão de indústria, sem eira nem bandeira, o aventureiro de talento e sorte, mas o homem comum, isto é um homem de organização. Isso significa que a direção tende cada vez mais a ser burocrática, compor-se em equipe que, 'coletivamente' para Schumpeter é uma das características das grandes economias e trustes, é a mecanização e a burocratização da direção (PEDROSA, 1966a, p. 404).

Esse processo de concentração do capital, de automatização técnica e econômica e de impessoalidade presente nas grandes corporações capitalistas avançaria quase que inexoravelmente, absorvendo e organizando socialmente os melhores talentos a serviço da produção cada vez mais eficiente. As características sociais da grande produção se aprofundariam a ponto de tornar o grande proprietário supérfluo:

A unidade industrial gigante perfeitamente burocratizada não somente expulsa as firmas menores e médias e as “expropria” dos seus donos, mas ao final também expulsa o empreendedor e a própria burguesia como uma classe que, no processo, aparece para perder não somente a sua renda, mas também, o que é infinitamente mais importante, sua função (PEDROSA, 1966a, p. 403).

[...] As grandes firmas americanas em seu processo de concentração e negação da livre competição criam terreno fecundo para o capital. O capitalista individual desaparece do processo de produção como pessoa supérflua. A criação das firmas gigantescas

representa uma forma ainda alta da capacidade de inovar e isso poderia frutificar num capitalismo que oferecesse ao talento um vasto campo. O contínuo processo de renovação termina por fazê-la quase automática. A marcha do progresso vai se “automatizando”, tornando crescentemente impessoal e decrescentemente a questão de liderança e iniciativa individual (PEDROSA, 1966a, p. 143).

Dessa maneira, a ampliação e concentração da grande produção capitalista e do seu caráter social poderia permitir contraditoriamente uma ruptura em um nível superior da alienação do trabalho. Mário Pedrosa segue a trilha já indicada por Hilferding (1988), Lênin (2008) e outros teóricos desde Marx de apontarem essa tendência geral e contraditória do desenvolvimento das economias capitalistas, o papel crescente dos grandes monopólios e que se choca com os limites da propriedade privada dos meios de produção:

Nas sociedades por ações a separação que se verifica não é apenas a função que é separada da propriedade do capital - que Marx insiste em dizer e incluir tal separação na análise de todo o processo - o trabalho naturalmente é separado por completo da propriedade dos meios de produção e da mais-valia do trabalho. E esse resultado do mais alto desenvolvimento da produção capitalista é uma transição necessária à reconversão em propriedade dos produtores, não mais como a propriedade privada de indivíduos produtores, mas com uma propriedade comum dos associados, como propriedade diretamente social (PEDROSA, 1966a, p. 398).

Esse processo de transição encontraria, ainda segundo o destaque de Mário Pedrosa, duas vias paralelas indo além da forma de sociedades por ações, com formas de produção cooperativistas capitalistas:

[...] As companhias por ações de capitalistas bem como as fábricas cooperativas podem ser consideradas como formas de transição

do modo capitalista ao modo associado, com esta distinção o antagonismo enfrentado negativamente numa - positivamente noutra. Marx tenta explicar essa fórmula algo vaga de distinguir as duas formas de produção em que já o capital se apresenta socialmente e não privadamente. [...] A separação dos salários e a superintendência dos lucros da empresa, que é em outros casos acidental, aqui é constante. Na fábrica cooperativa o caráter antagônico do trabalho de superintendência desaparece, uma vez que o gerente é pago pelos trabalhadores em lugar de representar o capital contra eles (PEDROSA, 1966a, p. 400).

Marx e Schumpeter se encontravam, segundo Pedrosa, ou melhor, Schumpeter encontra-se com Marx nessa análise das tendências evolutivas autonomistas do desenvolvimento da grande empresa ou corporação (SCHUMPETER, 1961). Para Schumpeter, segundo aqui Pedrosa, o processo de “destruição criativa” animava positivamente o capitalismo:

Ao propor à evolução interna da sociedade por ações, ou ainda mais logicamente à grande corporação americana, uma função transitória para o capital social no modo de produção não mais capitalista, Marx encontra apoio em Joseph Schumpeter, que sobre o fundo no problema em discussão demonstra vários pontos de contato com Marx” (PEDROSA, 1966a, p. 401).

Para Pedrosa o desenvolvimento lógico das grandes corporações, de sua capacidade de produção, da capacidade tecnológica, poderia ser aplicado em outras economias: “a corporação americana pode ser um desses instrumentos transplantáveis para outros contextos sociais” (PEDROSA, 1966a, p. 402). Mário Pedrosa vê a técnica e capacidade gerencial das grandes corporações como aquisição geral do desenvolvimento da produção social e não

específica do capitalismo². Importante precisar nesse momento que nem por isso Pedrosa assume uma perspectiva evolucionista/reformista do capitalismo em direção ao socialismo como veremos. Está muito presente em sua abordagem o sentido geral social da produção em contradição com o privado, com a resistência cada vez mais encarnçada dos capitalistas a abrirem mão do controle geral do sistema. Por isso, sem a luta política independente do movimento operário as considerações econômicas seriam puras especulações como veremos adiante. Da mesma forma não se trata para Pedrosa de assumir qualquer perspectiva de colapso iminente do capitalismo ou de uma natural expansão das economias planificadas em torno da URSS, que ele considera um ponto de partida fundamental para se construir a transição:

A 'rationale' econômica é sem dúvida - esta é a razão de ser da incomparável produtividade capitalista - o supremo teste do bom funcionamento da empresa, independentemente de qualquer regime social. É isto precisamente o que os russos, administradores economistas, mesmo políticos pós-stalinianos, aprenderam, estão aprendendo, a cada dia, a cada hora que passa. [...] seja como for, o fato de a grande empresa soviética ter demonstrado, mesmo numa base centralizada, tão grande eficiência como produtor, o abalou (Peter Drucker)... Com a descentralização, a conta dos custos é controlada indiretamente pelo mercado e é em si mesmo poderoso aparelho de controle. Na economia socialista, argumenta Drucker, a “competição socialista” não

existe (PEDROSA, 1966a, p. 413).

É nesta medida que seria possível traçar comparações entre as grandes corporações estadunidenses e os grandes trustes soviéticos dessa época. O próprio processo capitalista atacaria, dentro da grande corporação capitalista, o seu quadro institucional constituído pela propriedade e o livre mercado³.

Preobrazensky e o debate teórico inicial sobre a planificação socialista

Ainda antes de retomarmos a avaliação que Mário Pedrosa fez dos resultados da economia planificada soviética na década de 1960 uma breve digressão é necessária para resgatar parte dos debates teóricos que fundamentaram a implantação da economia planificada soviética na década de 1920. A discussão teórica desenvolvida por Pedrosa sobre a planificação socialista e a sua relação com os grandes monopólios capitalistas estava presente em profundidade desde os anos da década de 1920 com a vitória da Revolução russa de outubro de 1917⁴. Neste importante debate um dos autores em evidência foi N. Preobrazensky, que desde o princípio destacou em sua célebre obra *A Nova Economia* a relação entre a evolução dos monopólios capitalistas e a maturidade do socialismo e das possibilidades da planificação socialista:

O período da guerra pôs a nu a direção na qual evolui o sistema capitalista monopolista. Ela mostrou com grande

2 O livro *A economia política do desenvolvimento* de Paul Baran (1984) teve influência no pensamento de Mário Pedrosa e é por ele citado. A obra clássica *Capital Monopolista* de Baran e Paul Sweezy foi publicada em 1966, mesmo ano em que Pedrosa também publicava seus livros aqui analisados. As guerras e as novas tecnologias tornavam-se uma válvula de escape para manter investimentos e combater as tendências dos monopólios à estagnação. De certa forma davam continuidade às avaliações que também Luxemburg (1988), Bukharin (1988) e Lênin (2008) já haviam elaborado a respeito das tendências gerais do imperialismo em sua fase monopolista.

3 Mário Pedrosa desenvolve uma interessante comparação entre as ideias de Hilferding (1988) e Schumpeter (1966) a respeito das grandes corporações e sociedades por ações. Ver pp. 402-405.

4 Várias questões – que não há como analisar detalhadamente aqui – estavam implícitas nos debates sobre a planificação socialista da economia: lei do valor e seu papel, o grau de autonomia ou gestão das empresas pelos operários, o papel do mercado mundial e suas relações com a economia socialista, o período de transição em uma economia com baixa tecnologia e produtividade, o papel da política na planificação no centralismo econômico e na iniciativa local entre outras questões.

evidência, que a economia contemporânea está objetivamente madura para a produção planificada socialista e que tudo depende da chegada do senhor, quer dizer, da classe operária (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 174).

A revolução em um país atrasado como a Rússia de 1917 colocara novos e inéditos problemas, bem concretos, aos socialistas: como distribuir e acumular recursos materiais para o desenvolvimento econômico? O partido representaria o novo Estado ou uma classe social na disputa pelos interesses econômicos? Como representar os administradores e os trabalhadores no processo produtivo? Coletivizar a agricultura de que forma e a que ritmos? Estimular a pequena propriedade camponesa não estimularia novas forças do mercado? Ampliar os investimentos na indústria pesada implicaria em um novo tipo de acumulação? Estas questões entre outras que remetiam a debates teóricos estavam ligadas à luta pela manutenção do poder do estado soviético evidentemente. Mas havia ainda outras questões mais profundas: que leis econômicas regulariam a economia soviética desde a abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção? A lei do valor continuaria a exercer sua ação numa economia planificada? Esses debates envolveram todo o partido comunista na época e provocaram cisões e divergências profundas (TROTSKY, 2005).

Como um dos economistas pioneiros na abordagem desses temas Preobrazensky buscou estudar, elaborar e eventualmente apreender as leis do desenvolvimento de uma economia, que como ele mesmo caracterizaria, seria ainda transitória ao socialismo e na qual a agricultura e o pequeno comércio continuavam a guiar-se pelo mercado, ou seja, tratava-se de uma

economia mista⁵. O centro das preocupações e reflexões dele foi de certa forma condensadas na elaboração da chamada “lei da acumulação socialista primitiva”, que seria a lei básica para reger uma economia mista de um país subdesenvolvido na fase de transição para o socialismo (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 11). Para o autor a economia planificada soviética estava em um período transitório em que havia a luta entre duas leis econômicas, dois sistemas antagônicos de regulação da economia com suas leis econômicas distintas:

Nós opomos a produção mercantil à produção socialista planificada, o mercado à contabilidade da sociedade socialista, o valor e os preços aos custos de trabalho, a mercadoria ao produto (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 184).

[...] A lei da acumulação socialista está limitada pela “democracia” da economia mercantil, com suas tendências de desenvolvimento e seus próprios métodos de regulação. A economia mercantil é limitada, englobada e, se quisermos, comprimida, pela lei da acumulação socialista, pelas leis do desenvolvimento do corpo socialista que lhe é estranho. Deste modo, nossa economia, sem ser ainda socialista, já não é puramente mercantil (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 156-157).

Mário Pedrosa retomara em seu estudo sobre o Brasil na década de 1960 estas reflexões e principalmente as perspectivas gerais sobre as relações entre o capital monopolista e o nascente estado de economia planificada socialista, mas em particular a concepção de uma “economia de transição”. E destacava essa via de superação em direção ao novo sistema socialista em constituição:

Nossa economia estatal aparece

5 Bukharin (1988) no mesmo debate teórico dos anos da década de 1920 se contrapôs a Preobrazensky e defendeu a teoria de um suposto desenvolvimento equilibrado entre a industrialização e a agricultura, não alienando as camadas médias do campesinato, os chamados kulaks que se enriqueciam com a política da NEP. Propunha desenvolver mais lentamente a economia socialista. Os dois principais protagonistas teóricos destes debates desapareceram na década de 1930 por conta da repressão stalinista, quando se implantavam os primeiros planos quinquenais.

historicamente como uma continuação e aprofundamento das tendências monopolistas do capitalismo e, conseqüentemente, também como continuação das tendências ao declínio da economia mercantil e a liquidação ulterior da lei do valor (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 159).

A transição no plano interno aparece como desdobramento de uma tendência já verificada no plano internacional do mercado mundial. Por outro caminho, e algumas décadas antes, Preobrazensky, antigo professor de Paul Baran, aproxima e retoma a tese de que os monopólios e as grandes corporações capitalistas criam as condições para uma nova economia socialista:

A limitação da lei do valor, começada com o capitalismo monopolista, não somente não parou durante a guerra como adquiriu depois dela, uma força ainda maior, se bem que de forma inteiramente original. [...] A transformação dos quadros nacionais pelas tendências monopolistas, quer dizer, pela tendência de formação de trustes mundiais, implantou-se principalmente a partir destes países [EUA e Alemanha]. (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 174)

[...] Não é a Europa que luta contra os monopólios norte-americanos através da livre concorrência: é o monopólio norte-americano que reclama a liberdade de concorrência para assegurar a vitória dos seus monopólios (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 178).

A Alemanha teria sido um exemplo central de desenvolvimento de tendências monopolistas que levavam a um capitalismo estatal, redistribuindo as forças produtivas do país segundo um plano determinado pelo Estado. Como afirmará Preobrazensky:

A regulação de toda a produção capitalista pelo estado burguês, atingiu uma profundidade sem precedentes na história do capitalismo (...). A livre concorrência foi suprimida e a ação da lei do valor foi quase

inteiramente substituída, em muitos aspectos, pelo princípio da planificação do capitalismo estatal (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 174).

Neste novo contexto do capitalismo mundial da década de 1920 em diante, a luta contra os monopólios dos EUA seria quase uma declaração de guerra – como tentaria a Alemanha nazista nos anos 30. Estamos na década de 1920 e Preobrazensky não teve vida para ver – talvez felizmente – os horrores da Segunda Guerra, a guerra sem quartel contra a economia planificada soviética:

Nenhum país capitalista pode, sem deixar de ser capitalista, escapar da ação da lei do valor, mesmo transformada. É por isso que entra a avalanche do monopólio norte-americano. A resistência só é possível no plano político, notadamente militar, mas, justamente em razão da supremacia econômica dos Estados Unidos, é difícil que ela seja vitoriosa (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 179).

Nas relações com o mercado mundial capitalista, bem como internamente com as forças do mercado, situavam-se para Preobrazensky muitos dos obstáculos ao avanço da economia planificada:

Na lei do valor concentram-se a soma de todas as tendências dos elementos mercantis e mercantis-capitalistas de nossa economia, assim como a soma de todas as influências do mercado capitalista mundial sobre nossa estrutura econômica (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 167).

Ele já possuía clareza de que a Lei do valor presente na economia mundial influenciaria e pressionaria a economia soviética de diversas formas, na distribuição de recursos materiais como também na divisão do trabalho no interior da economia soviética caracterizada por sua baixa produtividade (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 187). No entanto, uma economia planificada pelo socialismo sofreria inevitavelmente as pressões

do mercado mundial monopolista, mas em condições de enfrentá-la, ainda que por um período provisório:

Somente o monopolismo socialista pode enfrentar a pressão dos monopólios capitalistas. O país que passar ao socialismo, apesar de ser economicamente e tecnicamente mais fraco do que o capitalismo norte-americano, lutará contra ele, durante o período em que a reedificação de sua economia sob novas bases ainda não estiver terminada, não mediante a superioridade econômica de sua própria economia organizada em trustes, mas através de uma estrutura de organização de toda a sua economia a um nível mais elevado [...] (PREOBRAZENSKY, 1979, p. 180).

De fato, era esse o maior obstáculo à possibilidade irreal de um “desenvolvimento harmonioso” de uma economia socialista planificada isolada, paralela e supostamente concorrente ao capitalismo como defendeu Stálin. Posteriormente o economista Ernest Mandel (1988), por outro lado, retomou a posição de que a lei do valor existiria tendo um papel enquanto houvesse produção mercantil mas que deveria ser combatida com um projeto de longo prazo utilizando a planificação socialista. Era a posição crítica já externada por Preobrazensky (1979, p. 128):

Quem confunde a sobrevivência das categorias mercantis com o papel regulador da lei do valor deve necessariamente atribuir um papel maior aos mecanismos de mercado no quadro da economia planificada... Existe um antagonismo histórico entre os imperativos de uma planificação real e os imperativos de uma economia de mercado.

O debate inicial proposto por Preobrazensky se por um lado questionava a possibilidade de continuidade *ad infinitum* da lei

do valor em uma economia que implantava novas relações sociais coletivistas a partir da produção, possuía, porém sérios limites ao buscar explorar os limites nacionais da planificação e da industrialização soviética acelerada de um ponto de vista excessivamente economicista⁶. O desenvolvimento posterior da economia soviética, seus enormes avanços e contradições provocaram um profundo debate nas décadas seguintes, sendo parte das reflexões de Mário Pedrosa.

A situação da economia planificada na URSS na década de 1950

Avançando em sua argumentação, Pedrosa via tendências positivas na implantação de reformas no sistema econômico soviético desde o final da década de 1950 que o aproximariam ainda mais das grandes corporações estadunidenses. As economias de propriedade social e planificada constituídas num primeiro momento após a experiência vitoriosa da revolução russa de outubro de 1917, após a derrota da Alemanha, Japão e Itália em 1945 e em seguida à vitória da revolução chinesa em 1949, viram-se ampliadas rapidamente. Ao mesmo tempo houve um esforço central dos Estados Unidos para defender os mercados, impulsionar e se alimentar da reconstrução pós-guerra e aprofundar investimentos em forças produtivas, ou mesmo destrutivas, como a indústria de armamentos. A economia soviética, ameaçada por crescentes contradições e dificuldades, em particular da década de 1950 sofre mudanças, acompanhadas de perto por Mário Pedrosa (1966a, p. 414):

No plano do desenvolvimento econômico, o governo soviético vem oscilando pendularmente entre a centralização completa e medidas temporárias de descentralização. [...] Menos de um ano

⁶ Em última análise, e contraditoriamente com suas posições de opositor de esquerda no interior do PCUS, suas críticas aos desenvolvimentos da economia soviética na década de 1920 prepararam a elaboração dos planos quinquenais e as concepções do socialismo em um só país, da coletivização forçada e da implantação burocrática das medidas econômicas defendidas posteriormente por Stálin.

depois da morte do ditador, o comitê central do partido comunista russo adotava, em janeiro de 1954, a primeira resolução iniciadora de uma série de medidas visando a reformas em profundidade ainda não conhecidas do país, desde a NEP leniniana.

Em 1957 iniciam-se uma onda de reformas na economia soviética e que propunham uma descentralização da indústria com a abolição de ministérios econômicos centrais, e previsão de que cada região ficaria responsável por um conselho econômico para administração local das empresas. As decisões do setor da indústria foram descentralizadas, transferindo os ministérios para Conselhos Econômicos Regionais. Em 1965 as medidas de reforma se aceleraram e já buscavam incentivar aberturas ao mercado. No entanto, é preciso considerar que a URSS integrava por vários laços a economia mundial dominada pelo capitalismo do qual nunca se libertara, apesar da estatização e planificação. Apesar dos inegáveis avanços econômicos, a corrida armamentista e espacial e a própria desigualdade dos ritmos de desenvolvimento internos das economias planificadas criavam distorções insolúveis apenas no quadro das economias socialistas⁷. Pedrosa parecia acreditar, no entanto, na possibilidade de uma regeneração da burocracia soviética após a morte de Stálin ou visualizava provavelmente nas reformas econômicas uma “revolução política” através de um processo de descentralização administrativa e mudanças políticas em consonância com o povo e que teria profundas repercussões:

[...] O mérito de Kruchev foi ter compreendido melhor o problema ou com mais coragem que seus camaradas da direção do aparelho e ter metido a mão no processo de reformas. [...] Imaginar hoje uma volta atrás à pura centralização global... é

desconhecer a real situação do país e não compreender que todo movimento de reforma é hoje irreversível: vai de encontro aos profundos anseios do povo soviético e de suas elites. Os 'frutos' reais da revolução russa, parece, começam afinal a sazonar para o povo os colher. Deve-se reconhecer que provavelmente, só uma contingência externa fatal poderia interferir para ceifar esse processo (PEDROSA, 1966a, p. 415).

Aos olhos de Mário Pedrosa as reformas que se desenvolviam na economia da URSS pós-Stálin seriam uma demonstração não só dos resultados positivos alcançados até então pela planificação. Para ele, ainda que trabalhando com informações limitadas sobre essas reformas econômicas, e que se mostrariam contrárias às suas esperanças, a questão central que permaneceria em seu argumento era a perspectiva de confluência positiva que ele vislumbrava entre as grandes corporações capitalistas e os grandes trustes estatais soviéticos:

Nesse condicionamento geral revisionista, os gerentes soviéticos têm os olhos sobre as grandes corporações americanas. É que essas já têm, apesar dos ‘apologistas’, algo, com efeito, de uma ‘instituição’ de Nova espécie” (PEDROSA, 1966a, p. 415).

A aproximação concreta do funcionamento centralizado e planejado, impessoal e crescentemente social das economias centrais permitiria projetar uma economia planejada e mundializada como perspectiva concreta (PEDROSA, 1966a, p. 538). Esse é o saldo que Pedrosa busca concretizar sem, no entanto, deixar de criticar ainda que dubiamente a coexistência pacífica como uma verdadeira ameaça a esse caminho. E apontava os riscos para o regime soviético:

7 Trotsky (2005) insistiu nesse aspecto em seu livro *A revolução traída* considerando que os avanços importantes de uma economia planificada, apesar dos seus métodos burocráticos de implantação, não deveriam implicar na renúncia em manter a perspectiva e a ação por uma economia mundial planificada que pudesse incorporar os setores mais avançados da economia dos grandes monopólios capitalistas. O socialismo em um só país isolado levaria ao risco de uma deformação burocrática da economia socialista e ao seu colapso e restauração do mercado.

“Coexistência pacífica” que não fosse uma mera trégua na guerra social, questão de relação de forças, era para Lênin, para Trotsky, para os teóricos e fundadores do estado operário russo e da Internacional Comunista, a marca mesma do oportunismo. Concebê-la como duradoura, como estratégica, como toda uma fase histórica, parte da integração da economia pública estatal no mercado mundial é revisionismo, embora possa ser do bom revisionismo... a coexistência pacífica significa colocar no plano econômico o cotejo dos dois regimes, o cotejo entre as duas grandes hipóteses de organização da sociedade de massa nos próximos tempos (PEDROSA, 1966a, p. 201-202).

Ao pensar para o Brasil um caminho e uma análise e elaboração independente de política econômica marxista, Mário Pedrosa não pôde deixar de ver a União Soviética como esse grande laboratório experimental do futuro, para ele muito positivo, da planificação socialista. Era o argumento central de Pedrosa para afastá-lo de considerações ideológicas anteriores a respeito da burocracia soviética. Era a essência mais técnica e administrativa, supostamente distante da luta fracional e política dos anos 1920 e 1930 que caracterizaria a nova camada de dirigentes da economia:

A luta por essa primazia dos fatores econômicos constituirá a essência da estratégia soviética, até talvez o fim do século. Será uma época em que não somente a URSS, mas em geral, as armas da ideologia serão substituídas pela ideologia das armas, ou pelo realismo. Os governantes atuais soviéticos são de uma geração que não fez a revolução, nem sequer tomou parte ativa, ou determinante nas graves lutas fracionais internas após a conquista do poder e a morte de lei Lênin. Foram formados com técnicos, com burocratas - dentro e fora da política do poder - com as conotações más e boas desses conceitos-. Estão interessados sobretudo em fazer e não no agir, da eficiência da gigantesca máquina econômica e social que eles mesmos ajudaram a construir e montar. Sua posição no contexto social russo, suas tarefas são outras que as

dos fundadores revolucionários do estado soviético (PEDROSA, 1966a, p. 200).

Em princípio a crítica de Pedrosa não era à dinâmica competitiva dos dois sistemas – como se fosse possível - e desdobramento concreto da orientação por desenvolver o “socialismo em um só país” que abstraía o mercado mundial. Há uma espécie de deslumbramento de Pedrosa nos avanços reais, ainda que profundamente ameaçados por desarticulações e desequilíbrios, da economia planificada soviética. Busca abstrair a política em nome de um objetivismo ou economicismo sobre a eficácia pura da planificação e de seus técnicos dirigentes. Para ele o principal risco ao desenvolvimento da economia planificada seria a incorporação do consumismo de massas presente nos Estados Unidos com um objetivo econômico da própria URSS:

Para os dirigentes atuais esses “princípios” são antes as correias de transmissão com os volantes de suas máquinas, a força de seus geradores de energia, da precisão de suas linhas de comunicação à distância, da exatidão e minúcia de seus operadores estatísticos, de seus computadores eletrônicos, a flexibilidade e eficácia de seus planejamentos, da coordenação ótima de seus grandes trustes econômicos entre si, do acoplamento perfeito do complexo industrial, ao complexo agrícola e do todo produtivo com todo consumidor, no aproveitamento ao máximo das energias intelectuais da mocidade, num esforço final para alcançar a produção em massa, já madura nos EUA. Façamos preces, porém, para que esse esforço não seja para o consumo em massa dos americanos, quer dizer, de acordo com uma filosofia neocapitalista privada... mas que vise - para que a grande experiência da revolução russa possa afinal vingar - serviços para o povo, quer dizer, de acordo com a filosofia socialista coletiva, a satisfação comunitária cada vez mais flexível e mais fácil, cada vez mais automática, numa perspectiva que se deve aproximar cada vez mais das necessidades de cada um, isto é, uma perspectiva ilimitada (PEDROSA, 1966a, p. 200-201).

Mário Pedrosa reconhecia que o capitalismo estadunidense era, no momento, a máquina produtiva mais perfeita e poderosa da história e que a economia soviética era ditada por contradições como a pouca flexibilidade e o dogmatismo em seus conceitos. Mas o espaço para a construção de uma síntese superior não deveria ser descartada, pelo contrário. Ele aponta aqui um balanço muito lúcido e uma perspectiva quase profética sobre os anos e rumos futuros da URSS:

É possível que a estratégia dos responsáveis pelos destinos dos EUA seja, ao contrário, conservar o mundo no contexto da guerra fria. Os americanos usariam para impor à economia soviética um estado permanente de tensão, obrigando-a a expandir-se na corrida armamentista das táticas de sobrevivência em função da estratégia da dissuasão (PEDROSA, 1966a, p. 200-202)⁸.

Na verdade, bem distante das perspectivas positivas com que Mário Pedrosa avaliava as reformas de N. Krushchev, o sistema centralizado de planificação econômica vinha sendo desmontado por uma descentralização administrativa e com concessão de autonomia às empresas para se dirigirem ao mercado. Na mesma linha, na Bulgária outro economista reformista, Petko Kunin, defendia que as empresas deveriam ser autossuficientes financeiramente e autônomas em relação ao estado; o lucro deveria determinar a remuneração dos administradores. O ministro Alexei N. Kossygin procurou diminuir o controle das empresas e incentivou que se orientassem para o mercado em busca de lucros (PERICÁS, 2004, p. 9). A defesa desta via, ou mesmo do chamado “capitalismo de estado”, foi defendida por vários autores como tendo sido não uma tática provisória de política econômica concebida por Lênin (a NEP, nova política econômica) na situação pós-guerra civil em 1921, mas como uma estratégia

para uma política econômica permanente para supostamente se chegar a uma economia socialista⁹.

As reformas econômicas em plena implantação em 1965 na URSS foram certamente muito além, ou aquém, do que imaginava Mário Pedrosa. O rumo de sua reflexão caminhava no sentido contrário a uma restauração do mercado, prevendo uma possível absorção socialista das grandes corporações capitalistas. Mas foi em outro sentido que se avançou a reforma econômica soviética nessa época: centralizada, burocrática, restauracionista do mercado e contrária ao coletivismo planificado da propriedade social. O economista Yevsei Liberman influenciou amplamente as reformas soviéticas da década de 1960, em particular com seu artigo *O plano, o lucro e os prêmios*, de 9 de setembro de 1962. Era uma orientação de política econômica que lançava as bases, ainda que pouco claras para muitos na época, para a restauração do mercado. Entre as propostas de Liberman estavam a concessão de maior liberdade para as empresas buscarem eficácia e produtores de alta qualidade, o que não contrariava em princípio os fundamentos da produção voltada para as necessidades sociais. No entanto, as empresas deveriam planejar sua produção de acordo com os pedidos do mercado buscando a lucratividade, o que introduzia um elemento estranho e desagregador à planificação socialista. Desenvolveu-se mesmo uma escola econômica que apoiava estas ideias de Liberman (PERICÁS, 2004, p. 93).

Depois de Krushchev foi desmontada a nova estrutura administrativa por ele criada supostamente para ampliar a eficácia, mas as

8 Pedrosa, 1966, p. 200-202. Na mesma época Baran e Sweezy (1974) vão destacar que um dos propulsores da continuidade dos grandes monopólios estadunidenses será justamente a indústria armamentista, que se por um lado permitirá fortalecer e manter a indústria capitalista, provocará profundas distorções a ponto de levar ao colapso a economia soviética na década de 1980.

9 Esta é por exemplo a posição de Moniz Bandeira: “*não como tática, mas como estratégia de desenvolvimento das forças produtivas por meio do capitalismo privado sob controle do estado, e não pela estatização das empresas, como Stálin pretendeu organizar o socialismo, tendo uma URSS atrasada e isolada, dentro de uma economia mundial de mercado...*” (PERICÁS, 2004, p. 11). Uma posição que erroneamente identificou a planificação socialista com os métodos políticos ditatoriais do stalinismo.

reformas de Liberman continuaram e se aprofundaram com apoio ao desenvolvimento do mercado e políticas de preços voltadas para a busca de lucros, autonomia e incentivos individuais aos administradores de empresas, introdução de propagandas a mercadorias etc. Essa era a essência da política econômica reformista que vinha sendo implantada à economia soviética na primeira metade da década de 1960. O “libermanismo” foi a expressão mais avançada e visível na época, da desmontagem do sistema de planificação socialista. No entanto, externamente foi divulgado apenas como uma técnica organizacional, mas que concretamente abria mais espaço para uma ampliação da burocracia administrativa que não parou de crescer. Depois deste período de reformas caiu a produtividade e a taxa de crescimento da URSS (PERICÁS, 2004, p. 97-99). O otimismo econômico e socialista de Mário Pedrosa talvez não pudesse prever esse desenlace.

Mário Pedrosa e André Gorz, planificação e democracia socialista

Ao mesmo tempo em que reformas eram implantadas no interior da URSS e se desenvolviam os primeiros passos da economia planificada socialista em Cuba pós-revolução de 1959, na Europa crescia a resistência contra a perspectiva do socialismo burocrático e a busca de alternativas. Se examinarmos os múltiplos diálogos de Mário Pedrosa nesse período, é possível perceber uma clara apropriação por ele de certas posições em voga na década de 1960 defendidas por André Gorz (1968), que teorizou sobre uma possível estratégia socialista e de planificação socialista nos países de capitalismo avançado. Pedrosa bebeu um pouco nesta fonte, mas lhe deu uma elaboração original. Examinaremos brevemente as propostas de

Gorz.

O ponto de partida das propostas de planificação democrática de André Gorz estava bem distante da realidade brasileira da década de 1960 e baseada em uma análise equivocada e nacionalista/eurocêntrica das tendências contemporâneas do capitalismo. Gorz sofria do impacto ideológico dos 'anos gloriosos' de crescimento econômico parasitário dos países capitalistas avançados¹⁰ quando escrevia:

Não é mais possível, nas sociedades desenvolvidas onde a pressão das necessidades vitais se atenua fundamentar a necessidade do socialismo a partir de uma negação imediata do sistema vigente, a partir de uma recusa. Porque a intolerabilidade deste sistema não é mais absoluta, mas relativa (GORZ, 1968, p. 10).

Ele propunha uma “reforma não reformista...”, ou melhor, o projeto de um contraplano socialista ao plano capitalista. Dessa forma, sua perspectiva:

supõe que os trabalhadores conquistem poderes, ou afirmem um poder (isto é, um poder não institucionalizado), suficientes para abrir, para conservar abertas e para ampliar no seio do sistema das orientações exigentes... a única linha possível é a de conquistar, desde já, poderes que o preparem para a direção da sociedade...” (GORZ, 1968, p. 13).

As reformas das estruturas visualizadas por Gorz seriam a reforma agrária, a reforma regional, a administrativa etc., controladas por aqueles que a reclamam:

a reforma de estrutura comporta sempre uma descentralização e redução do poder de decisão, uma restrição dos poderes de estado ou do capital, uma extensão do poder popular [...] (GORZ, 1968, p. 14)

¹⁰ Ver a respeito Arrizabalo (2014), autor que analisa amplamente o papel da economia de armamentos e a especulação financeira como aceleradores da economia capitalista do pós-guerra de 1945 de maneira paralela à destruição em geral das forças produtivas.

Não há muita novidade aqui em relação aos debates propostos. O que Gorz parecia propor não era nada parecido com uma dualidade de poder (algo muito específico de situações revolucionárias), mas de um poder paralelo, com risco de ser complementar, ou poderes subalternos e autônomos, poderes de autogestão de parcelas da economia ainda hegemonicamente capitalista. De fato, um reformismo que negasse as tradições construídas pelos trabalhadores, um reformismo paralelo ao tradicional reformismo da esquerda socialista europeia? Isso fica muito nítido quando propõe uma ação em que haja

“uma política de substituição anticapitalista [...] uma estratégia progressiva da conquista do poder pelos trabalhadores, o que, aliás, não exclui a possibilidade, ou mesmo a necessidade de uma tomada do poder revolucionário para uma etapa posterior...” (GORZ, 1968, p. 16).

Ou mais a frente: “a luta pelos poderes parciais autônomos e o exercício dos mesmos devem dar as massas a vivência do socialismo como uma realidade em execução... trata-se de tornar presente o futuro e já sensível o poder, através de ações que reflitam para os trabalhadores sua força positiva...” (GORZ, 1968, p. 17).

A planificação democrática ou

socializante teria seu nascedouro nestes espaços, nos sindicatos em particular: “A tensão entre as necessidades e os meios de satisfazê-las é o próprio motor da planificação, e mesmo da democracia. A tensão entre o sindicato e o plano deve ser aceita como um dado permanente” (GORZ, 1968, p. 22). Gorz acreditava na coexistência pacífica de espaços socialistas de poder no interior de uma economia capitalista? O que seria uma economia de transição com o amplo predomínio da propriedade privada dos meios de produção diferente das reivindicações e lutas sindicais e populares? Segundo Gorz: “a pressão reivindicativa de uma economia socializante ou de transição teria evidentemente como efeito, através do jogo das redistribuições públicas da renda nacional, um reforço constante da iniciativa pública em detrimento da privada” (GORZ, 1968, p. 23). A admiração de Gorz pela Iugoslávia e suas formas autogestionárias – que terminaram por preparar uma restauração capitalista – explica-se talvez pela sua busca de uma alternativa à planificação autoritária e burocrática do stalinismo, a um desencanto com os rumos das economias e países socialistas da década de 1960¹¹, mas conduzia a um lugar comum: “A existência de uma esfera de necessidades coletivas desde já oferece as forças socialistas, exige e permite o desenvolvimento de serviços que podem

11 A Iugoslávia forneceu para alguns autores, como André Gorz por exemplo, um suposto modelo de planificação socialista democrática alternativa ao modelo soviético. No entanto, examinando-se de perto, os seus resultados não foram os esperados por muitos sinceros socialistas democráticos. Mário Pedrosa não chegou a analisar este modelo. Houve lá a implantação de uma gestão flexível das empresas. Tratava-se de uma ideia de autogestão operária que era uma tentativa de reação contra a burocracia e a centralização excessivas, ou “coletivismo autoritário” que impossibilitaria qualquer iniciativa individual, contra o excesso de controle vertical e a baixa produtividade. Desde o seu início o estado iugoslavo subordinou a classe operária, constituindo aí uma burocracia que rivalizava com a burocracia soviética (Ver: JUST, 1980, p. 33). No entanto, a partir de uma análise plausível da falta de democracia em um regime a ser gerido coletivamente pelos trabalhadores, estabeleceu-se a médio prazo a volta ao mercado livre no país. Abriu-se a possibilidade de criação de empresas, livres para escolher sua produção e investimentos, venderem livremente seus produtos, fixar preços. A planificação socialista definiria apenas os objetivos gerais em termos monetários e não em quantidades. Seu objetivo seria apenas controlar o equilíbrio da procura e da distribuição para assegurar o desenvolvimento econômico a partir de proporções fundamentais de grandes massas. Foram implantados também os Conselhos de Produtores nas repúblicas e comunas com representantes da agricultura, artesanato e indústria eleitos proporcionalmente com a participação de cada setor na renda nacional. Uma dinâmica de aumentos das desigualdades e competição expressava crescentemente o fortalecimento das forças de mercado. A partir de 1964, os bancos de investimentos foram abolidos e surgiram bancos econômicos motivados pelo lucro. Neste mesmo período começam a crescer reações contra centralização da planificação ligadas a crescentes desigualdades entre empresas e indivíduos. A Eslovênia em 1964 recusou-se a aceitar o plano sugerido pelo governo central. A planificação socialista começava a entrar em colapso (Ver: PERICÁS, 2004).

representar conquistas populares e que só podem existir dentro de um antagonismo permanente...” (GORZ, 1968, p. 91). A planificação democrática e socialista que propôs André Gorz seria uma suposta progressão dialética com objetivos intermediários e uma via pacífica para o socialismo.

A transição para o socialismo dar-se-ia através de planos regionais de desenvolvimento elaborados e executados sob controle de assembleias locais e financiadas com fundos públicos etc., e a gestão social de todos estes setores, restringindo pouco a pouco o capitalismo e sua liberdade de agir. Nas suas palavras: “as exigências de investimentos devem seguir uma escala imperativa refletindo as necessidades e não as projeções dos crescimentos passados dos monopólios” (GORZ, 1968, p. 103-104). Para Gorz, este setor construído através de uma planificação democrática:

Longe de estabilizar, de ‘humanizar’ ou de ‘socializar’ o capitalismo, o setor socializado é uma contradição permanente em seu seio (...), essa contradição só pode aguçar-se com o tempo, aguçando então os conflitos entre as classes, até que uma ou outra – que um ou outro setor – se exponha ao ataque final (GORZ, 1968, p. 105).

Porém, esse caminho não levaria a experiências de ruptura, mas à integração e cooptação das organizações operárias e populares, a uma gestão compartilhada da crise dos estados capitalistas sob a forma de uma multiplicidade de conselhos gestores que diluem as reivindicações independentes desde os interesses de classe do proletariado e outras camadas populares. Mário Pedrosa não chegou a esse ponto na medida em que insistiu na necessidade de uma experiência que partisse das tradições locais de organização popular e na insistência em caracterizá-la como transitória e em ruptura no quadro do capitalismo mundial.

Mas a proposta de uma suposta “transição a frio” para o socialismo gerou frutos inesperados e ameaçadores ao movimento que se propunha revolucionário. No Brasil a situação era bem diversa nesse momento.

A planificação socialista no Brasil

O debate proposto por Mário Pedrosa não era certamente um tema para teóricos apenas, mas uma questão viva, candente e atual, mesmo no campo das economias planificadas na década de 1960. O desdobramento do seu estudo sobre as possíveis confluências entre os monopólios dos EUA e os trustes planificados soviéticos buscou em última instância oferecer o quadro geral no qual apontou e desenvolveu o debate sobre planificação socialista no Brasil como transição democrática. Nas contradições de um planejamento capitalista – desenvolvimentista ou não - sob uma ditadura, dos impasses da economia de mercado monopolista em contraposição dialética ao planejamento estatal soviético é que poderia nascer uma solução equivalente no Brasil. Para Mário Pedrosa os livros de 1966 foram a oportunidade de responder aos debates e crise das políticas de planejamento econômico em que se destacava a figura de Celso Furtado (1980), às teorias desenvolvimentistas em voga em seus diferentes matizes¹², e principalmente a busca de uma saída à crise política brasileira com a nova ditadura de 1964. Era também um esforço de elaboração de uma nova estratégia para a esquerda brasileira de então. E Pedrosa buscou elaborá-las em diálogo crítico com as tendências gerais do capitalismo mundial que acompanhava e no qual a economia e o futuro do país estavam desde há muito irremediavelmente interligados. Traçou também um contraponto importante tanto às teorias dualistas como àqueles que buscavam um caminho endógeno abstrato ou não para um avanço autônomo do capitalismo brasileiro em

12 Sobre a crise do pensamento desenvolvimentista consultar Bielschowsky (1988).

torno de uma suposta burguesia nativa e progressista. Em grande medida, e talvez sem prever, Pedrosa estivesse elaborando uma estratégia nova de luta revolucionária no Brasil que combinaria medidas de transição econômica para uma futura planificação socialista e de ação política de auto-organização de massas combinadas para abrir caminho para a superação do capitalismo. Como expressou um esperançoso Mário Pedrosa:

Nosso paradigma não pode ser nenhum país subdesenvolvido ou mesmo industrial secundário. Nosso paradigma deve ser o da Rússia dos primeiros planos quinquenais, embora muito mais modernizados (PEDROSA, 1966b, p. 41).

Mário Pedrosa buscava, portanto, se situar no centro de dois grandes dilemas: no Brasil nos limites críticos do desenvolvimentismo como estratégia de avanço do capitalismo nacional, mas também no plano mundial “socialista” na crítica e assimilação, como vimos excessivamente otimistas, das reformas econômicas na URSS da década de 1960. Havia ainda a considerar a própria implantação do socialismo que se iniciava em Cuba – que Pedrosa via em um primeiro momento com bons olhos. A economia mundial não era vista, portanto, como simples adição de unidades nacionais como a brasileira, mas uma poderosa realidade independente. Deve-se de passagem notar que o objetivo de Pedrosa, pelo menos não explicitamente, não era intervir nos debates que desenvolvimentistas e teóricos da dependência começavam a travar sobre as possibilidades e limites de acumulação e desenvolvimento autônomo na periferia, muito embora suas reflexões devessem levar em consideração essa gama de questões que ele não teve como aprofundar¹³.

Mário desenvolveu uma série de

hipóteses para pensar o possível salto econômico socialista no desenvolvimento da economia brasileira. Para ele, a planificação buscava oferecer outro caminho ao país tanto no plano político como econômico e alternativo ao mercado. Era, por outro lado, um esforço teórico para elaborar uma reflexão marxista autônoma em relação às correntes de pensamento burguesas que atraíam diferentes setores da esquerda brasileira. Um balanço realizado sobre as diferentes correntes desenvolvimentistas, inclusive na esquerda, demonstrara um impasse e uma verdadeira ausência de reflexão do planejamento econômico desde as perspectivas e acúmulos teóricos no campo do marxismo. Com todas as possíveis limitações teóricas no campo da economia que Pedrosa mesmo reconheceria, ele reabriu ou buscou retomar um novo trilha de reflexão. O desenvolvimento econômico do país exigia a colocação do problema da planificação econômica socialista em termos políticos tanto quanto técnicos. O debate e implantação de medidas socialistas deveriam, desde o exemplo da Rússia pós-revolução, situar-se agora já sob um patamar possível superior:

No nosso país, o planejamento será a primeira tarefa da política econômica de um governo socialista [...]. O nosso aparelhamento industrial cobre uma faixa de setores consideravelmente mais vasta que a russo cobria em 1917 e mesmo em 1928. [...] Poderemos, por isso, partir de um plano mais alto e completo que o ponto de partida soviético. Nesse sentido, nosso paradigma não pode ser nem de um país subdesenvolvido ou mesmo industrial secundário. O nosso paradigma deve ser a Rússia dos primeiros planos quinquenais, embora muito mais modernizados [...]. Partirá o nosso de um nível técnico e social mais alto e já sob um ângulo de visão democrático e socialista (PEDROSA,

13 Um debate de grande importância para se analisar o alcance das hipóteses levantadas por Pedrosa seria analisar seus diálogos possíveis com a teoria da dependência, que no mesmo período buscava em suas alas mais radicais também romper tanto com as concepções desenvolvimentistas capitaneadas por Celso Furtado (1980) com também com aqueles setores hegemônicos do PCB na esquerda que defendiam a “etapa da revolução democrático-burguesa”.

1966b, p. 41).

A luta pelo desenvolvimento nacional não teria como força motriz dirigente a classe burguesa industrial do país, aliada que está aos capitais estrangeiros mais poderosos. O capitalismo aqui se organizara sempre no curto prazo, com poder, astúcia dos arranjos e acomodações, despreocupado com o futuro (PEDROSA, 1966b, p. 243). A revolução socialista brasileira é que poderia para Pedrosa levar a industrialização para o interior:

A vocação bandeirante deve ser de novo à sua. Esta é o que dá sentido mais profundo a revolução brasileira. Mas a classe capitalista industrial é naturalmente associada aos grupos externos nos quais busca solução para problemas de conjuntura. [...]” (PEDROSA, 1966b, p. 244).

Pode-se afirmar que a essência de sua estratégia estava em pensar uma transição política mediada pelo impulso econômico da planificação, apoiada em mobilizações de massa e auto-organização no nível da produção. Aqui se esboça sua proposta de uma transição econômica como estratégia política de superação do capitalismo:

A tarefa é gigantesca, superando as forças da classe dirigente capitalista do país e sua capacidade operacional. A nova estratégia é a transposição da revolução democrática burguesa, já em perda, para uma economia de plano e em parte de supressão do mercado. (...) Ao estado nacional caberia romper o impasse. Caberia assumir a responsabilidade estratégica pela retomada do desenvolvimento, recolocando, afinal, o problema no plano global que abrangesse toda nação e cuja finalidade central fosse a de considerar outro lado da economia nacional, onde se encontra a maioria do povo brasileiro, como objetivo de seus investimentos e de sua ação transformadora (PEDROSA, 1966b, p. 245).

Um plano de desenvolvimento global e permanente exigiria a mobilização popular para

se viabilizar. A proposta de planificação econômica deveria incorporar uma atividade agitativa, tática, mobilizatória, capaz de construir força social para a transformação não antes ou depois, mas durante o próprio processo. Para Mário Pedrosa - distanciando-se aqui dos desenvolvimentistas quanto dos autores socialistas como Caio Prado Jr. (1987), ou mesmo de concepções talvez vanguardistas - o desenvolvimento econômico nacional e sua perspectiva socialista colocava no horizonte a estratégia da aliança das classes populares nos países atrasados:

Somente a formulação de uma nova política de desenvolvimento realmente nacional pode congrega as forças populares e intelectuais dispersas e vencidas. Será agora a formulação de um modelo socialista, do socialismo combinado que poderá chamar ao supremo teste da nacionalidade as únicas grandes classes brasileiras até aqui em parte fora das responsabilidades sociais e políticas e ainda intactas nas suas vivas e profundas virtualidades - a classe operária e a classe camponesa. Não se riam, nelas poderão estar as reservas do renascimento brasileiro (PEDROSA, 1966b, p. 273).

O plano econômico nos países atrasados deveria ser instrumento político de mobilização popular, “tem de ser global, permanente e dinâmico... é uma política total. É um instrumento de classe, uma hipótese de trabalho de uma nova formação social que assumiu o poder para transformar o país. (...) seria na verdade uma revolução social” (PEDROSA, 1966b, p. 251). O grande aprendizado que certamente se poderia retirar das experiências de planejamento econômico anteriores do Brasil era a incapacidade e indisposição política da burguesia e a falta de apoio de massas para qualquer transformação radical dos rumos do país. Os planejadores técnicos poderiam certamente formar quadros para futuros programas, mas sem a autoridade política, social e moral de massas não poderiam – vide o exemplo de Celso Furtado ou posteriormente

Bresser (PEREIRA, 1979), como destacava em sua crítica Mário Pedrosa— avançar muito além: “essa autoridade virá e só poderá vir, pela força ativa e criativa da imensa maioria do povo brasileiro; virá da revolução; de seus quadros coletivos; da militância e apostolado nesses quadros” (PEDROSA, 1966b, p. 258-262). É assim que ele mesmo situava sua visão sobre o futuro do desenvolvimento econômico do Brasil:

O segredo de seu desenvolvimento parece estar na procura de um tipo de planejamento equivalente ao soviético, guardadas, cuidadosamente guardadas as nossas diferenças de meio, de cultura, a geografia e tradições. O que é indispensável é que o modelo de plano a adotarmos tenha nervo e tenha vigor, que responda às condições intrínsecas e as necessidades reais do nosso povo. [...] Não me cabe aqui expor um modelo desse plano para o Brasil, não só por minha falta competência como porque não poderá ser tarefa individual, mas coletiva, guiada por um pensamento de síntese que o socialismo brasileiro, democrático por ser brasileiro, tem de formular; é necessariamente chamado a formular. O que já podemos afirmar é que o Brasil está nas melhores condições econômicas e sociais para a grande experiência... sem planejamento econômico global, periódico, não se poderá arrancar o país da estagnação e da desagregação social (PEDROSA, 1966b, p. 40).

Se é verdade que Mário Pedrosa debatia-se com posições em voga na época sobre a “planificação democrática” do centro capitalista europeu como propunha André Gorz, aqui, porém se tratava do Brasil periférico e pobre, da ditadura implantada desde 1964 e do fracasso das ideologias desenvolvimentistas. A planificação é mais uma vez para Mário Pedrosa luta política para tensionar os limites do capitalismo, abrir suas contradições, impor um ritmo de mobilização e engajamento militante das amplas massas populares.

Assim:

“O plano é, antes de tudo, uma opção de classe. Sua realização consiste na mobilização plena do 'excedente econômico potencial da nação'. A sua base está na reforma agrária a fazer” (PEDROSA, 1966b, p. 259).

Planificação é pensada não apenas como levantamento de reivindicações, de plataformas políticas, mas de construção desde abaixo, de auto-organização popular, como transição política que constrói a ruptura desde as organizações populares, único caminho possível em uma economia desigual e combinada que mescla núcleos avançados do proletariado das grandes fábricas com grandes massas camponesas.

O contexto social e político nacional desta economia de transição elaborada por Mário Pedrosa, ou desse “capitalismo híbrido” em que se enraízam desde o seu interior os bastiões do futuro poder socialista estaria baseado na ação das massas. Nas suas palavras, seria preciso assim pensar o caminho para:

substituir a economia de mercado por uma economia de transição, planejada nos setores básicos, embora entregue aos ajustamentos mutáveis do mercado nos setores industriais. Sua importância está em que nos abre a via de transição de um capitalismo híbrido semiplanejado para o modelo de socialismo ‘combinado’ (PEDROSA, 1966b, p. 245).

No plano mundial, como já abordamos, estaria na ampliação das articulações de uma economia planificada mundial que poderia se configurar.

Nos países subdesenvolvidos ou periféricos, o que definiria o plano e o tornaria a substância de uma ação de alta política seriam as necessidades sociais, que não poderiam ser definidas por completo, mas só progressiva e parcialmente e, principalmente, restritas a certos grupos sociais. Nesta medida, o plano de “*adaptação às necessidades sociais*” exigiria

fatalmente escolhas de classe e políticas. Portanto, não deveria se adaptar às demandas do mercado, mas às necessidades sociais opostas aos planos dos monopólios capitalistas. O planejamento da economia brasileira não poderia ser levado a efeito por um governo que se mantivesse nos limites de uma economia de mercado sem coragem para rompê-los. O problema da escolha econômica sendo político, não poderia ser resolvido por combinações minoritárias e compromissos pequenos, mas, nas palavras de Pedrosa:

Terá de ser expressão de uma vontade de classes - da classe proletária brasileira, que é a dos milhões sem propriedade de qualquer espécie, a imensa maioria nação brasileira, aliada ao grupo a fim dos assalariados produtores (PEDROSA, 1966b, p. 262).

As perspectivas do capitalismo na década seguinte a que ele escreveu essas linhas, frente à crise financeira de 1971 e à do petróleo em seguida, colocaram novas reflexões sobre a economia para Mário Pedrosa (1979). Mas seguiu sendo válida a sua afirmação de que tanto os economistas do neocapitalismo à época - os acompanhantes e reformadores atuais do capitalismo em crise - e os teóricos do neo e social desenvolvimentismo, todos ignoraram os interesses e participação das classes populares em geral e do operariado em particular como componente decisivo em suas formulações teóricas e técnicas. O componente político e de classe que permitiria pensar em rupturas suplantando a tecnocracia e o economicismo.

As reflexões elaboradas por Pedrosa em 1966 expressaram uma síntese original sobre as experiências e debates teóricos no campo das economias planificadas de propriedade social, as características e relações entre o capitalismo monopolista e as perspectivas teóricas e práticas limitadas do desenvolvimento capitalista autônomo na periferia e, por fim, as possibilidades reais que poderiam se apresentar para uma superação econômica, democrática e socialista para o Brasil nos anos iniciais da

ditadura de 1964. O pensamento de Mário Pedrosa guarda, nessa medida, toda a atualidade tanto em reflexão teórica e acadêmica, assim como certamente horizonte político.

Referências

- ARRIZABALO, Montoro Xabier. *Capitalismo y economía mundial*. Madrid: IME/Arcis, 2014.
- BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 4a ed. São Paulo: Contraponto, 1988.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovich. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- DOCKÈS, Pierre. *A internacional do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 9a ed. São Paulo: Cia. Nacional, 1980.
- GORZ, André. *Estratégia operária e neo capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- JUST, Stéphane. *A revolução proletária e os estados burocráticos*. São Paulo: Palavra, 1980.
- LENIN, Vladimir Il'ich. *A caricature of Marxism and imperialist economism*. Wildside Press LLC, 2008.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARQUES NETO, José Castilho (Org.). *Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- PEDROSA, Mário. *A opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- PEDROSA, Mário. *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 8a ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

PRADO JR., Caio. *A revolução Brasileira*. 7a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PREOBRAZENSKY, Ievguenii Alekseiévitch . *A Nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo: Sudermann, 2005.